

Comportamentos Aditivos e Dependências

Situação do país apresentada à Assembleia da República no dia 27 de janeiro

Tem lugar no dia **27 de janeiro**, às **10h00**, *online*, a **apresentação** dos documentos que refletem o quadro nacional relativamente aos Comportamentos Aditivos e Dependências, para o ano de 2019: ***Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência, Relatório Anual em Matéria de Álcool e Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências.***

As informações seguintes encontram-se sob embargo até às 10h00 do dia 27 de janeiro de 2021.

As principais conclusões que podemos retirar vão no sentido de:

Substâncias ilícitas:

- **Aumento do consumo de outras drogas, que não *cannabis*, nos alunos de 13-18 anos**, bem como a **diminuição do risco percebido associado ao consumo de drogas nos alunos de 16 anos**. Acresce que houve, **entre estes, uma evolução nacional dos consumos menos positiva do que a europeia**. Por outro lado, entre os **jovens de 18 anos da população geral**, houve um **acréscimo do consumo de cannabis entre 2015 e 2019**.
- **A mortalidade relacionada com o consumo de drogas, sofreu uma evolução negativa no atual ciclo**: apesar de continuarmos a registar **números absolutos muito baixos**, há **três anos consecutivos que o número de overdoses aumenta**, com as overdoses de **opiáceos a duplicarem entre 2017 e 2018 e as de cocaína a subirem pelo terceiro ano consecutivo**.
- Um **acréscimo de novos utentes em tratamento nos anos de 2018 e 2019 após o aumento de readmitidos em 2017 e 2018**, e a **descida, pelo segundo ano consecutivo, das contraordenações por consumo de drogas**.
- No domínio da **oferta**, vários indicadores apontam para uma **maior circulação de drogas no mercado nacional** numa conjuntura de grandes desafios, como o **crescente uso da internet na comercialização de diversas substâncias psicoativas**, eventuais alterações ao nível da produção interna de cannabis e do papel do país nas rotas do tráfico internacional, entre outros.

Substâncias lícitas:

- Um aumento entre 2015 e 2019 do consumo recente e atual de álcool, e do binge e da embriaguez nos jovens de 18 anos, assim como em jovens alunos de determinadas idades, em particular nos de 16 anos; a não redução, entre 2015 e 2019, do início precoce do consumo de álcool e da embriaguez; e o aumento dos diagnósticos em que crianças/jovens assumem ou são expostos a comportamentos ligados ao consumo de álcool que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento. Acresce a evolução dos consumos menos positiva nas raparigas, assistindo-se nesta etapa do ciclo de vida a um atenuar das diferenças de género nos padrões de consumo de álcool. Também a evolução dos consumos nos alunos portugueses foi menos positiva do que a do conjunto dos europeus.
- O agravamento da mortalidade por doenças atribuíveis ao álcool em 2016-18 e a mortalidade em acidentes de viação sob a influência do álcool, desde 2015.
- No domínio da oferta, verificaram-se algumas tendências merecedoras de reflexão como sejam o aumento das quantidades disponíveis de bebidas alcoólicas para consumo; uma diminuição dos estabelecimentos fiscalizados e uma descida, acentuada em 2019, das contraordenações relativas à disponibilização/venda de bebidas alcoólicas a menores.
- Acresce que as perceções dos jovens menores sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não melhoraram entre 2015 e 2019, ao contrário do sucedido entre 2011 e 2015.

Em conclusão, sugere-se:

- A necessidade de se priorizarem as ações preventivas, que têm vindo a registar perdas de continuidade e de reforço.
- Equacionar a criação de novas respostas que atendam às necessidades dos utentes da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos, bem como facilitar o encaminhamento destes utentes para as estruturas de tratamento.
- Perspetivar as respostas a dar nos domínios da redução da procura e da oferta à luz das tendências recentes na área das drogas e do álcool, baseadas em opções políticas sustentáveis e coerentes entre os respetivos domínios e entre as políticas destas áreas e as de outros fatores de risco das doenças crónicas não transmissíveis, sob pena de se veicularem mensagens contraditórias sobre esses fatores de risco.

Estes relatórios, apresentados anualmente pelo Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Álcool ao Governo Português e à Assembleia da República, são fruto do trabalho do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), no âmbito da execução do Plano Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, em estreita colaboração os diversos serviços-fonte nacionais que providenciam informação sobre as suas áreas específicas, abordando não só o problema do ponto de

vista da Procura como da Oferta. Estes documentos permitem-nos conhecer a situação do país, mas igualmente avaliar e monitorizar a evolução das metas definidas no Plano

Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, numa lógica de Saúde em todas as políticas.

Os Relatórios, bem como o sumário executivo ficarão disponíveis em www.sicad.pt às 10h00 do dia 27 de janeiro de 2021.

Os jornalistas que manifestarem interesse em assistir ao evento *online* deverão fazê-lo em resposta a este email até às 16h00 de hoje (dia 25 de janeiro de 2021). Lugares limitados.

Para mais informações, por favor contacte a Divisão de Informação e Comunicação do SICAD:
Sónia Ferreira – sonia.ferreira@sicad.min.saude.pt / 91 445 13 73.

Lisboa, 25 de janeiro de 2021